

LOCKE E A CRÍTICA À PROVA CARTESIANA DA EXISTÊNCIA NECESSÁRIA DE DEUS: UM PROBLEMA MORAL

Saulo Henrique Souza Silva*
saulohenrique01@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é mostrar a crítica lockeana ao argumento da existência necessária de Deus, o famoso argumento ontológico, levado a cabo por Descartes. Segundo Locke, este modo de provar a existência de Deus, formulado pela primeira vez por Santo Anselmo no Medievo, poderia ser utilizado do mesmo modo por um ateu para provar a existência única e exclusiva da substância extensa. Essa possibilidade revelar-se-ia problemática a Locke, pois negar a existência de Deus corresponderia, igualmente, à negação da possibilidade de uma vida moral. Por esse motivo, o filósofo inglês critica o argumento cartesiano e defende, sob a óptica de seu *empirismo*, um modo diverso de provar a existência de Deus, fundamento da verdadeira regra da moralidade.

Palavras-chave: Deus, ateísmo, moral.

Abstract: The aim of this article is to show the lockean critique at the argument of the necessary existence of the god, the famous ontological argument, realized by Descartes. According to Locke, this mode of proving god's existence, at first elaborated by saint Anselm in the middle ages, it would be used equally for an atheist to prove the extensive substance's exclusive and unique existence. This possibility reveals problematic for Locke, because denying god's existence would correspond, equally, in negation of the possibility of a moral life. For that reason, the English philosopher criticizes the Cartesian argument and defends, under the point of view of his *empiricism*, other mode of proving the god's existence, basis of true rule of the morality.

Keywords: God, atheism, moral.

* Mestrando em Filosofia na Universidade Federal da Bahia.

I Introdução

Tudo, digo, existe em Deus, e tudo o que acontece somente acontece pelas leis da infinita natureza de Deus e resulta da necessidade de sua essência. Pelo que não se pode dizer de maneira alguma que Deus é afetado por outra coisa ou que a substância extensa é indigna da natureza divina, ainda que se suponha divisível, contanto que se conceda que ela é eterna e infinita.

Espinosa, *Ética*, I

Deus ocupa um papel central no pensamento de Descartes e Locke. Em Descartes, é a partir da certeza da existência de Deus que as idéias matemáticas são validadas, tornando possível o conhecimento científico do mundo exterior.¹ E Locke, Deus não consiste no fundamento da certeza de nenhuma verdade matemática, nem da existência do mundo sensível, Deus ocupa em seu pensamento a posição de garantidor da verdade moral.² Nesse sentido, para provar a existência de Deus ambos os filósofos desenvolveram argumentos. Nosso objetivo neste artigo é mostrar a crítica de Locke à versão

¹ Segundo Gueroult, “temos visto como o desfalecimento total da hipótese do engano universal (*tromperie universelle*) é devido ao princípio inverso da veracidade divina, que é, com efeito, o da veracidade universal (...). Se Deus é absolutamente verdadeiro, Deus sendo o autor de mim mesmo e das coisas, é absolutamente impossível que alguma coisa nos engane, e que nós nos enganemos” (Gueroult, M. *Descartes selon l'ordre des raisons*, Tome II, p. 14).

² Como defende Polin, com razão, em sua famosa obra sobre Locke: “ao longo de toda a sua obra filosófica, Locke invoca Deus e, sem este recurso constante a Deus, toda a coerência de sua filosofia desabararia — *s'effondrerait*” (Polin, R. *La politique morale de John Locke*, p. 3). Isso porque Deus é a fonte das regras, lei de natureza, que quer sejam conhecidas pela razão ou pela revelação “são propriamente e verdadeiramente as regras do bem e do mal” (Ibidem, p. 55). Ou seja, a fonte da retidão moral.

cartesiana do argumento ontológico a partir das premissas do Livro I do Ensaio sobre o entendimento humano, onde Locke nega a existência de qualquer idéia inata na mente, inclusive a de Deus, e em um manuscrito de 1696 intitulado: Deus: a prova cartesiana da existência de Deus a partir da idéia de existência necessária examinada, no qual Locke defende que o argumento ontológico pode servir do mesmo modo como prova da existência exclusiva da extensão.

Com efeito, iniciaremos o artigo expondo o modo como Descartes prova a existência de Deus, enfocando o argumento ontológico da V Meditação (I), em seguida trataremos da crítica lockeana ao argumento cartesiano (II) e concluímos com a alternativa do filósofo inglês para provar indubitavelmente a existência do Deus imaterial (III).

II A prova cartesiana da existência necessária de Deus

Na *I Meditação* Descartes expõe os passos à *dúvida hiperbólica*. O percurso cartesiano fundamenta-se no ponto de vista estritamente metódico, segundo o qual, nenhuma opinião onde se encontre o menor sinal de dúvida pode ser aceita como verdadeira. Nesse sentido, o conhecimento sensível é o primeiro a ser desacreditado, cuja rejeição é radicalizada através do argumento do sonho que advoga a impossibilidade de distinguir o sono da vigília, visto que, muitas vezes, quando sonhamos supomos que estamos acordados. Contudo, Descartes percebe que esse argumento tem um limite: as idéias matemáticas, que são todas *naturezas simples*, pois quer estejamos dormindo ou acordado dois mais dois sempre formarão o número quatro e um triângulo sempre será uma figura de três ângulos. No entanto, seguindo a intenção de excluir todo conhecimento onde exista o menor sinal de dúvida, Descartes formula a hipótese do Gênio maligno:

suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda a

sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas (*Med.* I, § 12).

Descartes, a partir desse momento, chega à universalização da dúvida e a suspensão do juízo, visto que até então nada passou ao crivo da clareza e da evidência. Mas, como o percurso cartesiano não tem por finalidade o ceticismo e sim a certeza, a pesquisa de um ponto fixo e seguro, tal qual pretendia Arquimedes, onde fosse possível construir uma ciência, esse ponto fixo deve, portanto, escapar à dúvida. Descartes o descobre na existência da substância pensante expressa na *II Meditação*³. Essa evidência se constituía de modo indubitável, pois não há como desacreditar a existência do pensamento, mesmo que se suponha um Gênio maligno, diferentemente dos dados oriundos dos sentidos que, como demonstra o argumento da *cera*, são sempre cambiantes.

Destarte, até o início da *III Meditação*, a única verdade que alcançara Descartes é a certeza de ser uma coisa que pensa — *res cogitans*. Ainda permanece a hipótese do Gênio maligno. É essa permanência que faz com que o filósofo passe a examinar se realmente há um Deus e, se Ele existe, descobrir se pode ser maligno ou enganador, pois, de acordo com seu método, “sem o conhecimento dessas duas verdades, não vejo como possa jamais estar certo de coisa alguma” (*Med.* III, § 5). Em Busca da *véracité divine*⁴ o filósofo

³ Segundo Descartes, “cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição *eu sou, eu existo é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito*” (idem, § 4, itálicos nossos).

⁴ “O Gênio Maligno desaparecido, esta dúvida é eliminada, e a veracidade divina, pelo único fato de sua presença, reveste-se automaticamente de

francês empreende uma pesquisa sobre a realidade formal das idéias que possui no espírito em relação ao grau de realidade objetiva das mesmas. Nesse passo da investigação, Descartes concede especial atenção àquelas idéias que representam substâncias, dentre elas, aquela pela qual se concebe um “Deus soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente [...]” (ibidem, § 15). É a essa altura da *III Meditação* que Descartes utiliza o argumento da causa e do efeito ao analisar essa idéia que tinha de Deus:

pelo nome Deus entendo uma substancia infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu próprio e todas as coisas que são foram criadas e produzidas. Ora, essas vantagens são tão grandes e tão eminentes que, quanto mais atentamente as considerar, *menos me persuado de que essa idéia possa tirar sua origem de mim tão somente* (ibidem, § 22).

Descartes chega, então, à conclusão que Deus existe. Essa é a primeira prova da existência de Deus, oriunda da presença da idéia inata de infinitude presente no espírito, da qual um ser imperfeito não pode ser a causa, segue-se que ela deva ter sido posta no espírito do meditador por um ser verdadeiramente infinito. A segunda prova está também baseada no princípio da casualidade. É o argumento cosmológico que consiste em afirmar a dependência da substância pensante a uma causa superior, pois a existência de um ser imperfeito, que possui a idéia de um ser mais perfeito, não pode causar-se a si próprio, para isso deveria ser um ser perfeito, mas “não sinto nenhum poder em mim e por isso reconheço evidentemente que dependo de algum ser diferente de mim” (ibidem, § 34). Portanto, esse ser que é a causa de todas as coisas e que existe por si mesmo é Deus, cuja idéia está naturalmente em nosso espírito como a marca do operário impressa em sua obra.

Segundo pensamos, os argumentos da existência de Deus da *III Meditação* servem como ponto de partida à famosa prova onto-

sua plena verdade” (Gueroult, M. *Descartes selon l'ordre des raisons*, Tome II, p. 16).

lógica da *V Meditação*, visto que esta prova parte da análise da essência da idéia de perfeição presente no *intelecto*⁵. Nesse sentido, a primeira premissa da prova ontológica é apresentada no quinto parágrafo da *V Meditação* em que Descartes defende a existência inata de idéias de *natureza imutáveis e eternas*, exemplificadas pela idéia do Triângulo. De acordo com E. Curley, os triângulos “têm uma natureza que é *verdadeira e imutável* porque os teoremas geométricos que podemos deduzir acerca de triângulos são verdades eternas que se impõem à medida que exploramos sua natureza” (Curley, 1997, p. 53). A segunda premissa diz respeito a tudo que se concebe de forma clara e distinta sobre idéias verdadeiras e imutáveis. Lhe pertence de fato, como se pode demonstrar diversas propriedades desse triângulo, a saber, que são os três ângulos iguais a dois retos, que o maior ângulo é oposto ao maior lado e outras semelhantes. A partir dessas premissas Descartes pretende demonstrar a existência necessária de Deus, como é exposto no seguinte parágrafo:

se do simples fato de que eu posso tirar de meu pensamento a idéia de alguma coisa segue-se que tudo quanto reconheço pertencer clara e distintamente a esta coisa, pertence-lhe de fato, não posso tirar disto um argumento e uma prova demonstrativa de Deus? *É certo que não encontro menos em mim sua idéia, isto é, a idéia de um ser soberanamente perfeito, do que a idéia de qualquer figura ou qualquer número que seja.* E não conheço menos claramente que uma existência atual e eterna pertence à sua natureza do que conheço que tudo quanto posso demonstrar de qualquer figura ou de qualquer número pertence verdadeiramente à natureza dessa figura ou desse número (*Med.V, § 7*).

A existência de Deus é tão certa quanto ao fato do triângulo ser uma figura de três ângulos, pois se Deus é um ser perfeitíssimo é *neces-*

⁵ Seguimos aqui a posição de Gueroult que defende uma hierarquia das afirmações nas *Meditações*: “depois que a V, apoiando-se sobre as conclusões da III, funda as matemáticas, a VI, pela prova da distinção entre alma e corpo e da existência das coisas matérias, funda a física e uma parte da medicina”. (Gueroult, M. *Op. Cit.*, p. 12).

sário que exista, já que a não existência lhe seria uma imperfeição. Ou seja, a existência é um atributo da perfeição que reconhecemos de forma clara e distinta; seria contraditório ter a idéia de um ser infinito e sumamente perfeito sem existência, lhe faltaria um atributo da perfeição. Assim,

do simples fato de não poder conceber Deus sem existência, segue-se que a existência lhe é inseparável, e, portanto, que existe verdadeiramente: não que meu *pensamento* possa fazer com que isso seja assim, e que imponha às coisas qualquer necessidade; mas, ao contrário, porque a necessidade da própria coisa, a saber, da existência de Deus, determina meu pensamento a concebê-lo dessa maneira (ibidem, § 8).

Fica claro então que para Descartes a essência da idéia de Deus é uma natureza verdadeira e imutável, cuja existência real lhe pertence como necessidade. Essa importante prova da existência de Deus, formulada pela primeira vez no séc. XI no *Proslógio* de Santo Anselmo e que havia sido refutada por Gaunilo e Tomás de Aquino no Medievo⁶, ao ser retomada por Descartes na Modernidade recebeu objeções de Gassendi, Caterus, Leibniz⁷. No entanto, nossa intenção é expor a crítica lockeana ao argumento cartesiano através de um contra-exemplo, no qual um materialista utiliza o mesmo modo de argumentação para provar a existência exclusiva da substância extensa, de forma clara e distinta. Com efeito, para expormos corretamente a crítica de Locke é preciso, em primeiro lugar, passarmos por algumas premissas dos dois primeiros livros do *Ensaio sobre o entendimento humano*.

⁶ Para maiores detalhes sobre a discussão que envolve o argumento formulado por Santo Anselmo ver: Strefling, S. Ricardo. *O argumento ontológico de Santo Anselmo*.

⁷ Curley, em seu artigo sobre esse tema, expõe de forma mais sistemática as objeções de Gassendi, mas também aponta a objeção de Caterus sobre “o leão existente”, bem como a crítica de Leibniz (Cf. Curley, E. De volta ao argumento ontológico, pp. 53-8).

III A crítica de Locke à prova cartesiana da existência necessária de Deus tomando como ponto de partida um problema moral: a querela entre um teísta e um ateu

No *Ensaio* Locke, utilizando o que denomina de “*historical plain method*” (simples método histórico, *Essay*, Introduction, § 2), pretende fazer do entendimento humano o objeto de uma investigação cuja finalidade é delimitar com precisão a origem, certeza e extensão de nosso conhecimento. Exposta sua intenção, o filósofo inglês estabelece o princípio basilar de sua filosofia, a saber: que não existe nenhuma idéia inata na mente dos homens, sendo esse fato evidente porque “nem as crianças nem os idiotas possuem a menor apreensão ou pensamento delas” (ibidem, I, II, §5), nem tais idéias, sejam práticas ou especulativas, recebem da Humanidade validade universal.

Destas considerações segue-se, em primeiro lugar, que Locke faz *tabula rasa* da mente humana: “suponhamos então que a mente seja um papel em branco (*white paper*), vazio de todos os caracteres, sem nenhuma idéia” (ibidem, II, I, §2), e que todo conhecimento deriva exclusivamente da *experience* dos sentidos e da reflexão. Em segundo lugar, decorre que a própria idéia de Deus não é inata. Esta tese ele pensa poder provar com o recurso ao seu método histórico. Pois, além dos ateus serem noticiados pelos escritores antigos, a literatura de viagens não demonstra que “foi descoberto pelas navegações, em nosso tempo, nações inteiras, na baía de Sol-dânia, no Brasil, em Boranday, e nas ilhas do Caribe, etc., entre as quais não se encontrou nenhuma noção de um Deus, nem da religião?” (*Essay*, I, IV, § 8). Com esse forte argumento de cunho antropológico, Locke não visa estabelecer nenhuma tese contra a existência de Deus, já que defende ser Deus o autor da lei de natureza, regra moral universal que permite classificar o Homem como um ser naturalmente social. Porém, diferentemente de Descartes, Locke pensa que a existência real de Deus não pode ser provada *a priori* por nenhuma suposta idéia inata de um ser sumamente perfeito como

sendo “a explicação de uma concepção que temos em comum de Deus” (Curley, 1997, p. 55), visto que, *essa idéia não encontra nenhum assentimento geral entre os homens*. Ao contrário, postular a existência de qualquer idéia inata na mente seria uma falsa suposição; provar a existência necessária de Deus por derivação de uma idéia de perfeição seria, para Locke, mais que uma falsa suposição, mas poderia, essa forma de argumentar, ser usada por um ateu materialista para provar a existência única e exclusiva da *res extensa*.

Locke expõe de maneira mais detalhada sua visão sobre esse assunto em um manuscrito de 1696, *Deus: Descartes's proof of a God, from the idea of necessary existence, examined*. Neste manuscrito, impresso por Lord King em 1829, o filósofo inglês faz uma crítica ao argumento ontológico sob a perspectiva de uma suposta querela entre um teísta cartesiano e um ateu materialista⁸. Nesse texto, Locke defende que a querela que os separam se resume ao fato de saber se o “ser” que existe por toda eternidade é uma substância imaterial e inteligente, ou material e desprovida de percepção; pois que haja alguma coisa eterna, Locke pensa que ninguém duvida. Nesse sentido,

a idéia que se fundamenta os Teístas (*Theists*) deste ser eterno, é aquela de uma substância imaterial que tem feito e que mantém todas as coisas do universo na ordem onde elas estão hoje preservadas. A idéia que se fundamenta os Ateus (*Atheists*) deste ser eterno, é aquela de uma matéria desprovida de sentido. A querela que os opõe parte então sobre a

⁸ Locke inicia o manuscrito dessa forma: “ainda que eu tenha ouvido frequentemente pessoas de bom senso pôr em questão a opinião de Descartes sobre a existência de Deus, eu tinha suspenso meu julgamento a este propósito até que, recentemente, passei a examinar a questão das provas da existência de Deus; eu tenho verificado que se empregássemos sua prova — a prova cartesiana —, a matéria desprovida de sensibilidade poderia bem ser o ser primeiro e eterno que é a causa de todas as coisas, outro tanto que um espírito imaterial e inteligente” (King, P. *The life of John Locke*, vol. II, p. 134).

questão de saber qual destas duas coisas é realmente este ser eterno que tem sempre existido. Ora, eu afirmo que ainda que faça uso da idéia de existência necessária para provar Deus, isto quer dizer um espírito imaterial, eterno e inteligente, não terá mais argumento em favor de tal ser a partir da idéia de existência necessária que o ateu para provar a existência de sua matéria eterna e despida de sentido, que teria criado tudo (King, vol. II, p. 134).

Para Locke, a suposta idéia de Deus do teísta cartesiano compreende os seguintes atributos: a imaterialidade, a eternidade, a substancialidade, a inteligência, e o poder de fazer e de produzir todas as coisas, juntando a esses atributos a existência como necessidade. Tal argumento seria insuficiente pelo fato de poder ser usado por um materialista para provar igualmente a existência eterna da substância extensa, custando-lhe somente anexar o atributo da existência. Assim, seria possível provar a existência necessária da matéria através dos atributos que “compreendem a substância, a extensão, a solidez, a eternidade e o poder de fazer e produzir todas as coisas; nestas condições, a existência necessária de minha matéria é provada sobre fundamentos tão sólidos quantos aqueles que estabeleceram um Deus imaterial” (King, vol. II, p. 135). Basta ao materialista proceder do mesmo modo que o cartesiano e juntar à idéia de perfeição e infinitude às idéias de substância, de solidez, de extensão, e deduzir a existência necessária, pois tudo aquilo que é eterno e perfeito deve forçosamente ter a existência encerrada em si mesmo. Nesse sentido, considerando o fato que não se pode prova que a mente humana seja dotada de caracteres inatos, esse argumento, para Locke, não seria mais que uma construção incerta, fabricada por bel-prazer, e que não prova nenhuma existência real.

Essa possibilidade inerente ao argumento ontológico é explicitada pela estudiosa do pensamento de Descartes Margaret Wilson. Segundo a comentadora, deduzindo de uma idéia inata de perfeição suas características definitórias, poder-se-ia formar “a idéia de ‘res extensa existente’”. Dessa forma, parece que se obtém a base para um Argumento Ontológico em favor da existência da matéria,

que não exija ir além do nível dos inatos e distintamente percebidos conteúdos das idéias” (Wilson, 1997, p. 255). Destarte, fica claro o porquê da crítica de Locke à famosa prova ontológica. Esse seria um falso argumento que poderia dar margem a um tipo de ateísmo. Mas, se Locke rejeita a prova cartesiana, o que irá propor em seu lugar para silenciar os ateus, e estabelecer de forma indubitável a existência do Grande Legislador do universo, autor da lei de natureza? Veremos que Locke faz uso do antigo argumento da casualidade, porém, seguindo a perspectiva de sua filosofia, a prova de Deus será dada através da *experience*.

IV A prova de Locke sobre a existência de Deus: o sólido fundamento à Moral

Como havíamos defendido, a importância de Deus no pensamento lockeano diz respeito à moral. De modo que, negar a existência de Deus seria o mesmo que negar a lei de natureza, regra que une a Humanidade em um laço moral-universal⁹. É por isso, também, que Locke, na *Carta sobre a tolerância* de 1689, exclui os ateus da tolerância¹⁰. Nesse sentido, concordamos com Raymond Polin ao defender que Locke, em seu desejo de demonstração, “não hesita em atribuir à lei uma consequência mais considerável ainda: a existência de toda sociedade humana. Contra Hobbes, com efeito, ele faz da lei de natureza a condição de toda relação social e de toda

⁹ De acordo com Locke, é a *lei divina* a regra que “Deus estabeleceu para as ações dos homens (...). Ninguém é tão estúpido (*brutish*) a ponto de negar que Deus forneceu uma regra pela qual os homens devem se governar” (Locke, *J. Essay*. II, XXVIII, § 8).

¹⁰ Quanto ao motivo da exclusão dos ateus à tolerância Locke é bastante claro: “quem nega o Ser de Deus não pode ser de todo tolerado. Promessas, contratos e votos, que são os laços da sociedade humana, não são amarras sobre um ateu. A eliminação de Deus, mesmo só em pensamento, as dissolvem” (Locke, *J. Letter concerning toleration*, p. 47).

união entre os homens” (Polin, 1960, p. 98). Como Deus é criador da lei de natureza, se faz necessário, portanto, provas infalíveis para demonstrar sua existência.

Segundo o autor do *Ensaio*, mesmo Deus não tendo escrito em nossas mentes uma idéia de si, Ele nos deu as faculdades das quais somos capazes de provar a sua existência. Destarte, é no capítulo X do livro IV do *Ensaio sobre o entendimento*: Do Nosso Conhecimento da Existência de Deus, que Locke faz a exposição sistemática de sua fórmula para provar para a existência de Deus. Para Locke, uma vez que temos sensação, percepção e razão estamos providos “dos meios para o descobrir, e conhecer, tal como é necessário à finalidade de nossa existência e de grande interesse para nossa felicidade” (*Essay*, IV, X, §1). Para chegarmos a tal verdade, é preciso inicialmente conceder importância e atenção ao conhecimento intuitivo (*intuitive knowledge*) que temos de nossa própria existência, do qual não se pode pôr em dúvida. Segundo Locke,

penso, raciocínio, sinto prazer e dor; pode qualquer destas coisas ser mais evidente para mim do que a minha própria existência? Se duvido (...), se sei que sinto dor, é evidente que tenho uma percepção tão certa da minha existência como da existência da dor que sinto (...). Então, a experiência nos convence de que temos um *conhecimento intuitivo* da nossa própria existência e uma percepção interior, infalível de que existimos. Em cada ato de sensação, de raciocínio, ou de pensamento, estamos conscientes do nosso próprio ser, e sobre isto não ficamos aquém do mais alto grau de certeza (*Essay*, IV, IX, §3).¹¹

¹¹ Nota-se nessa passagem a semelhança com a prova cartesiana da existência do *cogito*. No entanto, há apenas uma semelhança, pois a prova lockeana é diversa da cartesiana por ser postulada a partir da *experience* dos sentidos e da reflexão. Nesse sentido, tanto às idéias oriundas dos sentidos, quanto às da reflexão partem da experiência. Esse fato demonstra um distanciamento profundo em relação a Descartes. De acordo com M. Ayers, “a proposta de Locke, aqui, está em direta oposição a um famoso argumento de Descartes de que as diversas sensações causadas

Garantida a certeza da existência humana pelo nosso conhecimento intuitivo, Locke expõe o velho argumento da causa e do efeito à sua maneira. Como “sabemos que há um ser real e que o nada não pode produzir um ser real, é uma demonstração evidente que desde a eternidade houve alguma coisa” (*Essay*, IV, X, §3). Assim, algo que existe por toda eternidade deve ser o princípio de todas as coisas que existem. Além disso, esse Ser deve ser o mais sábio, pois em nós mesmos encontramos percepção e conhecimento, como é possível experimentar pela constituição da nossa própria mente; dessa forma, Locke pensa poder demonstrar infalivelmente a existência do mais “eterno, poderoso, e mais inteligente Ser” (ibidem, IV, X, §6). Portanto, o caminho de Locke é uma alternativa à prova cartesiana, pois a idéia de um ser mais perfeito que um homem possa ter em sua mente não prova a existência de Deus. Devido à variedade de temperamentos entre os homens pode-se dizer que esta é “uma má via (*ill way*) de estabelecer esta verdade e silenciar os ateus (*silencing atheists*) porque é evidente que alguns homens não têm nenhuma idéia de Deus, e outros pior que nenhuma, e a maior parte têm idéias muito diferentes” (ibidem, IV, X, §7). Para Locke, é a experiência de nossa existência e os aspectos sensíveis do universo que oferecem clara e convincentemente ao nosso entendimento a existência de uma Divindade.

Ao demonstrar a existência de Deus utilizando o princípio da casualidade aliado ao seu empirismo, Locke passa em seguida a tra-

por um pedaço de cera derretida requerem interpretação pelo intelecto, empregando a idéia inata e não sensorial de matéria, antes que possam constituir a experiência de um material substancial e permanecer sofrendo mudanças. Outra importante diferença em relação a Descartes está na concepção de Locke de nossa consciência das ‘operações de nossas mentes’, que ele chama ‘reflexão’(...). De fato, para os cartesianos, é a autoconsciência reflexiva que nos permite obter um acesso explícito a idéias intelectuais inatas como as de substância, duração, pensamento e mesmo [pela reflexão sobre nossas imperfeições] à idéia positiva de perfeição, ou Deus. Para Locke, em contraste, ‘reflexão’ é simplesmente uma parte da experiência” (Ayers, M. *Locke: idéias e coisas*, p. 14).

tar da imaterialidade necessária de Deus. Destarte, existem dois tipos de seres: os puramente materiais sem sentido e pensamento, e os seres sensíveis com percepção e pensamento “tal como somos” (ibidem, IV, X, §9). Os primeiros são os *não cogitativos* e os segundo os *cogitativos*. Desse modo, segue-se que

o ser eterno do qual todos dependem deve ser cogitativo, pois da pura matéria sem percepção e pensamento não é possível produzir um ser pensante e com percepção como nós próprios somos. Nesse sentido, se supomos só a matéria e o movimento como primeiros e eternos, o pensamento nunca poderia existir. Porque é impossível conceber que a matéria, com ou sem movimento, poderia ter originariamente em si mesma sensação, percepção e conhecimento (ibidem, I, X, §10).

Fica evidente, então, que o primeiro ser eterno tem necessariamente que ser *cogitativo* e por isso mesmo imaterial.

Com efeito, eis o porquê do ataque àqueles que concebem única e exclusivamente a existência da matéria: seria o mesmo que negar a existência de Deus. É por isso que Locke classifica os materialistas de ateus. É por esse motivo, também, que o filósofo inglês ataca a prova cartesiana, pois não podendo ser provada a existência de nenhuma idéia inata, o argumento cartesiano seria apenas uma construção do espírito cuja verdade não se pode demonstrar. Sendo então uma construção, o mesmo pode ser feito por um materialista para provar a existência exclusiva da matéria. Com a negação de Deus tornar-se-ia impossível a existência da razão humana e da lei fundamental da natureza. A consequência dessa afirmação seria moral, já que as regras da moralidade são oriundas de Deus, epistemológica, pois os homens as descobrem pela razão, e política visto que a falta de leis leva os homens a um constante estado de guerra.

Bibliografia

AYERS, Michael. *Locke: idéias e coisas*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CURLEY, Edwin. *De volta ao argumento ontológico*. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-81, 1997.

DESCARTES, René. *Meditações Metafísicas*. Trad. J. Guinsburg e B. Prado Júnior. São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

GUEROULT, M. *Descartes selon l'ordre des raisons*. Paris: Aubier, 1968.

KING, Peter. *The life of John Locke, with extracts from His Correspondence, Journals, and Common-Place Book*, vol. II, 2ª ed. Londres: Colburn & Bentley, 1830.

LOCKE, John. Letter concerning toleration. In: *The works of John Locke*: vol. VI, Four letters concerning toleration. London: Tegg, 1823. Reproduzida em fac-simile por Scientia Verlag, Aalen, 1963.

_____. *An Essay concerning human understanding*. London: G. Routledge, 1948.

POLIN, Raymond. *La politique morale de John Locke*. Paris: PUF, 1960.

STREFLING, S. Ricardo. *O argumento ontológico de Santo Anselmo*. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1997.

WILSON, Margaret, D. *Naturezas verdadeiras e imutáveis*. *Analytica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 235-256, 1997.